

Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2301828121	
CAPÍTULO 2	24
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
DOI 10.22533/at.ed.2301828122	
CAPÍTULO 3	51
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2301828123	
CAPÍTULO 4	67
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2301828124	
CAPÍTULO 5	76
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
DOI 10.22533/at.ed.2301828125	
CAPÍTULO 6	94
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
DOI 10.22533/at.ed.2301828126	
CAPÍTULO 7	108
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
DOI 10.22533/at.ed.2301828127	

CAPÍTULO 8	126
O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	
Patricia Nasser de Carvalho Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2301828128	
CAPÍTULO 9	145
O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Lisiane Granha Martins de Oliveira Lucilly Maria Caetano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2301828129	
CAPÍTULO 10	172
HERANÇA IBÉRICA, <i>JEITINHO</i> E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	
Leandro do Nascimento Rodrigues Martin Adamec Willian Washington Wives	
DOI 10.22533/at.ed.23018281210	
CAPÍTULO 11	193
MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Juliane Sant'Ana Bento Ana Paula de Almeida Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.23018281211	
CAPÍTULO 12	205
A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS	
Daniel Ganem Misse	
DOI 10.22533/at.ed.23018281212	
CAPÍTULO 13	222
A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
José Vinicius da Costa Filho Ernani Rodrigues de Carvalho Neto João Luis Binde André Valente do Couto Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23018281213	
CAPÍTULO 14	239
POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Celso Antônio Coelho Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.23018281214	

CAPÍTULO 15	254
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
CAPÍTULO 16	269
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
CAPÍTULO 17	288
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
CAPÍTULO 18	302
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
CAPÍTULO 19	321
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
SOBRE A ORGANIZADORA	336

EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO

João Luis Binde

Instituto Federal de Barra do Garças - MT.

André Valente do Couto

Instituto Federal de Cuiabá - MT.

José Vinicius da Costa Filho

Instituto Federal de Cuiabá - MT.

Ivo Assunção Rodrigues

Instituto Federal de Barra do Garças - MT.

RESUMO: Até 1986 no Brasil, os evangélicos não ocuparam um lugar de destaque na política nacional. Todavia, isso não significa que estiveram totalmente alheios aos processos políticos da nação. Neste sentido, o presente trabalho objetiva delinear o envolvimento dos evangélicos com a ditadura militar instaurada na década de 64, tendo como referência documentos históricos relativos às principais denominações tradicionais à época: presbiterianos, batistas, luteranos e Assembléia de Deus. Não é objetivo da pesquisa dar significado ao que foi o golpe de 64 - uma vez que há vasta literatura em disposição sobre a temática – mas analisar a participação dos evangélicos no golpe militar no Brasil em 64. O desenho de pesquisa utiliza uma abordagem descritiva e bibliográfica para análise do discurso dos evangélicos frente ao golpe. Os resultados preliminares indicam que: (1) os evangélicos de maneira geral deram apoio ao golpe militar de

64 no Brasil; (2) as vozes legitimadoras ao golpe eram de um discurso de combate ao ateísmo e ao comunismo (3) A marcha da “Família com Deus pela Liberdade” foi a maneira que os militares instrumentalizaram a religião como uma das forças para tomada e manutenção do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe Militar; Evangélicos e Ditadura; Anticomunismo

ABSTRACT: Until 1986 in Brazil, evangelicals did not occupy a prominent place in national politics. However, this does not mean that they were totally oblivious to the nation’s political processes. In this sense, the present work aims to outline the involvement of evangelicals with the military dictatorship established in the 64’s, with reference to historical documents related to the main traditional denominations of the time: Presbyterians, Baptists, Lutherans and Assembly of God. It is not the purpose of the research to give meaning to what was the coup of 64 - since there is a vast literature on the subject - but to analyze the participation of evangelicals in the military coup in Brazil in 64. The research design uses a descriptive and for the analysis of evangelical discourse in the face of the coup. Preliminary results indicate that: (1) evangelicals generally supported the military coup of 64 in Brazil; (2) the voices legitimating the coup were of a discourse against atheism

and communism. (3) The march of the “Family with God for Freedom” was the way the military instrumentalized religion as one of the forces for taking and maintaining power.

INTRODUÇÃO

Até 1986, os evangélicos não se destacaram na política nacional. Todavia, isso não significa que estiveram totalmente alheios aos processos políticos da nação. Neste sentido, o presente artigo delinear historicamente o envolvimento dos evangélicos com a política no Brasil. Inicia-se com a postura destes frente à ditadura militar instaurada na década de 64, tendo como referência documentos históricos relativos às principais denominações tradicionais à época. Não é objetivo deste tópico dar significado ao que foi o golpe de 64, uma vez que há vasta literatura em disposição sobre a temática. Visa, antes, fornecer ao leitor subsídio histórico do assunto aqui tratado. Como o leitor perceberá, haverá uma lacuna no que se refere o envolvimento dos pentecostais e neopentecostais com a ditadura militar. A carência de pesquisa histórica no que se refere o envolvimento destes com o golpe é o que justifica esse lapso. E como já alertava Gilberto Freyre quando a Sociologia ainda engatinhava no Brasil, não existe disciplina mais dependente de outras ciências do que a Sociologia. E uma dessas carências se manifesta na necessidade de seu diálogo com a História.

Instaurada no dia 1 de abril de 1964, a ditadura militar no Brasil perdurou até o dia 15 de março de 1985. Neste período, os evangélicos constituíam uma pequena parcela da população. Segundo dados do IBGE, em 1960 eram apenas 4,3%. Este número subiu para 5,2% em 1970 e para 6,6% em 1980.

Há, neste espaço temporal certa mudança frente à compreensão do protestantismo e suas relações com a política. Se entre 1940 e 1950 os religiosos em questão eram percebidos como defensores e fomentadores da democracia, nas décadas seguintes o retrato é bem diferente (FREESTON, 1999). O título do livro de Rubem Alves (1979), “Protestantismo e Repressão” bem caracteriza os principais estudos referentes a este período sobre a temática; pesquisas que associavam o protestantismo como religiosidade que, de modo geral, prestava apoio ao golpe.

Campos (2010, p.170) afirma que a partir de 68 o apoio por parte dos evangélicos ao militarismo instaurado é ostensivo e latente, o que pode ser facilmente comprovado ao se analisar a documentação disponível.

Nos jornais evangélicos da época, quer no noticiário como nos editoriais ou na ação de alguns líderes que chegavam a denunciar leigos de suas respectivas comunidades para as forças de segurança. Os pastores aliciados pelo regime cooperaram também participando de cursos da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e na ministração de aulas de moral e civismo em colégios públicos e particulares. Alguns evangélicos foram premiados com a indicação para cargos de governadores estaduais. Outros ocupariam altos escalões na administração pública municipal, estadual e federal.

Contudo, não se pode afirmar que o apoio foi sempre irrestrito e homogêneo.

Há nuances de posicionamentos que nem sempre podem ser captados. O que se pode afirmar é que, de maneira geral, houve um alinhamento ideológico entre o protestantismo e a forma política instaurada no Brasil a partir de 64. A marcha da “Família com Deus pela Liberdade” era a demonstração de que a religião seria usada como uma das forças para tomada e manutenção do poder por parte dos militares.

Aliás, Bandeira (2001) comenta que o discurso conservador não se opunha diretamente às reformas indicadas pelo governo Goulart, uma vez que a classe pobre via tais propostas com bons olhos. O sentimento religioso do povo brasileiro era chamado a combater o grande vilão de então: o comunismo e seu ateísmo. Sendo o golpe de caráter conservador em que os direitos e liberdades foram tolhidos, raros eram os pronunciamentos formais a respeito do golpe de 64.

1 | EVANGÉLICOS E A DITADURA MILITAR NO BRASIL:

1.1 Protestantismo de Imigração

Inicia-se aqui a questão pelo “protestantismo de imigração”, cuja principal representante é a igreja luterana. Dentre as protestantes, mesmo com poucos pronunciamentos, foi a igreja mais crítica frente ao militarismo, sendo a única igreja evangélica a se pronunciar oficialmente contra a repressão.

Todavia, os luteranos eram considerados apolíticos em seus primórdios, esta situação gradativamente vai se alterando e se intensifica a partir de 1960, com o êxodo rural que atinge os luteranos. Forçados a deixar suas terras rumo à nova fronteira agrícola, este problema social adentra a congregação luterana, forçando-a a tomar um posicionamento político. O debate não girava mais entorno de indivíduos, mas pertencia a toda comunidade eclesial.

Segundo Kliewer (1977, apud FRESTON, 1993) a formação de um pastorado nacional auxiliou na preocupação social e política da igreja luterana. Assim, a partir da década de 70, tomam posicionamento a respeito dos principais assuntos políticos-sociais que eram debatidos no país: direitos humanos, questão indígena, anistia, confisco da soja, barragens ao longo do rio Uruguai, Itaipu, aplicação do estatuto da terra, reforma agrária, lei de estrangeiros, segurança nacional (DREHER, 1984).

O Manifesto de Curitiba de 1970 é um bom exemplo do envolvimento dos luteranos na política nacional, pois o mesmo trata das relações da IECLB com o Estado. O documento afirma que o testemunho público da igreja não pode estar condicionado ou à serviço das ideologias do Estado. Não obstante asseverar a laicidade do Estado, asseguram não ser “possível separar totalmente os campos de responsabilidade do Estado daqueles da Igreja”. Assim, advogam uma “parceria” entre Igreja e Estado nas áreas da educação e apoio de ações sociais do governo.

Ainda no Manifesto de Curitiba, abertamente, advogam o caráter político do culto, mas alertam para que o mesmo não seja utilizado como ferramenta para política profissional. Dantas (1982) relata que o pastor luterano Karl Gottschald, então

presidente da instituição, no governo Geisel, que era também luterano, com frequência era recebido pelo presidente. Situação que se altera quando sua igreja começou a criticar o governo e suas políticas, com pastores que apoiavam posseiros e índios nos conflitos de terra. Chamam ainda a atenção, mesmo que de forma cautelosa, para as atrocidades que estavam sendo cometidas contra os direitos humanos dos presos políticos e a falta de transparência nas informações sobre o assunto.

Em 1978, o pastor Ernesto Kunert (apud MACHADO;CRUZ, 2014) em artigo de mensagem natalina, publica no “Jornal Evangélico” denunciando os acontecimentos de violência que estavam a acontecer no Brasil à época evocada: violências físicas, pela tortura e simbólicas pela lei de exceção e a limitação do direito de defesa:

Múltiplas formas de violência, culminando em seqüestros, torturas e até assassinatos. Suas vítimas ainda hoje suportam as conseqüências físicas, morais e profissionais dos sofrimentos vividos. Milhares de concidadãos estão impedidos de exercer sua cidadania, com todos os deveres e direitos dela decorrentes.

Portanto, não é sem razão que se considera a postura da igreja luterana a mais crítica frente ao regime militar. Logicamente que essa postura não foi homogênea. Havia aqueles que criticavam essa postura mais progressista da igreja. Caso do pastor Orlando Heemann, presidente da Comunidade Evangélica de Porto Alegre (CEPA), que ficou indignado com o teor da mensagem de natal do pastor Kunert. Acusava de serem as acusações vagas e incertas, o que era uma injustiça com a polícia do país. Em defesa do presidente, assim relata em sua carta: “O Presidente da República é um dos membros da IECLB. Mereceria sua Excelência da República tamanha afronta?”. Muitos pastores saíram em defesa de Kunert, o que demonstra que a maioria da liderança estava em consonância crítica contra a estrutura política do país (MACHADO;CRUZ, 2014).

1.2 Protestantismo de Missão

1.2.1 Metodistas

Se no “protestantismo de imigração” tem-se uma voz, mesmo que tímida, de tom contrário aos acontecimentos que estavam ocorrendo no Brasil, o mesmo não se pode dizer das principais representantes do “protestantismo de missão”: metodistas, presbiterianos e batistas.

A cúpula da Igreja Metodista, por exemplo, calou-se. É o que aponta Almeida (2014). Segundo ele, o informativo dessa denominação que tratava, além de questões teológicas, temas sociais e políticos relevantes para a comunidade, omitiu-se ao ocorrido. Nada. Nenhuma orientação ou reflexão teológica. E isso num momento que a censura não estava posta ainda. Era como se nada houvesse ocorrido. Orlandi (1997;2002) lembra que o silêncio e a omissão também é prática discursiva que esboça posicionamentos. Mas que posicionamento seria este?

Como reflexo de sua compreensão teológica do mundo, a postura da omissão e

do silêncio foi o preponderou entre os círculos oficiais do metodismo. Uma religiosidade voltada para as questões do além, contrária ao envolvimento com o “mundo”, pois este “jaz nos maligno”. O mundo político pertence justamente à esfera do profano, do qual o crente deve omitir-se. Almeida (2014) aponta para o isolamento político dessa denominação nos principais momentos da história: Proclamação da República, Revolução de 1930 e na guerra civil de 1932. Os metodistas advogavam para si uma suposta neutralidade frente aos acontecimentos políticos que alvoroçavam a nação. É o que pode ser destacado no pronunciamento do pastor Newton Paulo Beyer, da igreja metodista central de Porto Alegre no jornal Folha de São Paulo:

Infelizmente o país foi sacudido por nova crise, de proporções maiores que as anteriores. Não compete à Igreja esmiuçar os acontecimentos e tomar posições, massim, profeticamente exercer, junto aos homens, o juízo divino sobre a situação em geral, e, sacerdotalmente, interceder, junto a Deus, pela pátria conflagrada (Ano 79, n. 11:01/06/1964, apud ALMEIDA, 2014).

Fica evidente que a igreja não deve “tomar posições” para este ou aquele partido. Cabe ao homem de fé orar para que a situação de violenta agitação passe rapidamente. Somente em 1933 houve o apoio da igreja ao reverendo Guaraci Silveira, tornando-se este o primeiro pastor protestante da história do parlamento. Todavia, Guaraci teve que posteriormente afastar-se do ministério pastoral devido ao seu envolvimento com a política.

Na década seguinte, a igreja distancia-se ainda mais das questões políticas, despertando para a temática apenas do final da década de 1970. Neste período, aflorava no país movimentos pró-democracia, inúmeras greves, além das denúncias de torturas praticadas pelos militares. Diante deste novo contexto, metodistas mais progressistas passaram a publicar textos de caráter social nos principais veículos de comunicação da igreja. Nestes, o pobre passa a ocupar o centro de das reflexões teológicas.

Logicamente que o momento foi propício para o afloramento do evangelho social, pois a temática do oprimido tornava-se o centro das reflexões não somente no meio teológico, encarnado, sobretudo, na Teologia da Libertação no meio católico e naquilo que posteriormente viria a ser denominado de Missão Integral, na vertente protestante. Autores como Rubem Alves, Richard Shaull, Frei Beto, Carlos Mesters, Jon Sobrino, Leonardo Boff fomentavam tal perspectiva. A pedagogia do oprimido de Paulo Freire, lutas sindicais, enfim, havia um terreno fértil para a proliferação de ideários libertadores e pela busca de uma identidade própria, latina. Não obstante o caráter político dessas teologias, não houve envolvimento direto na política entendida como vocação. Todavia, era um prelúdio daquilo que estava por vir.

1.2.2 Presbiterianos

Outra igreja que merece destaque neste período é a Igreja Presbiteriana do

Brasil. Araújo (2010), acusa o tom fundamentalista e conservador desta denominação instaurado já em 1954. Alves (1982, p.98) chega a afirmar que as igrejas protestantes foram precursoras do futuro, indicando que antes do militarismo instaurado, já havia no interior eclesiástico um ambiente de intolerância e inquisidor.

Para Araújo (2010), “a IPB tem participação no golpe militar de direita, apoiando o novo regime e, através de seus juristas elabora atos institucionais para a ditadura”. Foi, portanto, entre as igrejas evangélicas, a mais comprometida com o golpe.

Assim retratava ao golpe o jornal Brasil Presbiteriano (BP) em abril de 1964. “Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril: o expurgo de comunistas e seus simpatizantes da administração do nosso querido Brasil” (Brasil Presbiteriano, abril de 1964, p.7, apud SOUZA, 2014).

Portanto, diferente dos metodistas que adotaram uma postura “neutra” frente ao golpe, a IPB forneceu apoio direto aos militares, sendo ínfimos os focos de resistência e, historicamente, “o apoio prestado pela Igreja Presbiteriana do Brasil – IPB – é uma evidência atestada” (SOUZA, 2014). Contudo, repita-se, não foi total a adesão dessa denominação ao golpe militar e seus desdobramentos. Esse pequeno grupo contrário ao militarismo não era admitido pela política oficial da igreja, sendo relegados à heresia. Paixão (2014) afirma que análoga à ditadura militar havia uma ditadura eclesiástica na IPB. Em confirmação à Paixão, Araújo (2010) indica que houve uma imitação dos métodos político-militares na vida interna da igreja.

Estratégia adotada como forma de inserção no campo religioso em contraste ao catolicismo e ao pentecostalismo que ganhava projeção. Logicamente que houve na IPB pequenos focos de resistência às projeções políticas que tomavam forma no país, todavia, foram relegados ao ostracismo. No Brasil Presbiteriano de 1964, p.4, temos a seguinte declaração de um presbítero de Recife: “Casos houve aqui no Nordeste em que o regozijo pelo sofrimento dos irmãos foi corroborado por citações do Velho Testamento, pois Deus não ordenara a destruição dos amalequitas?”. Todavia, essas vozes de protesto eram da minoria.

Paradoxalmente, a postura política adotada por esta denominação fora fruto do liberalismo advindo com os missionários, arautos da liberdade de expressão e credo religioso. Portanto, o que estava em questão para esses religiosos era a possibilidade da perda de sua liberdade de crença com a instauração do comunismo. Fica clara esta postura na seguinte citação:

Pastores, Seminaristas, Presbíteros, crentes, não podem abraçar a ideologia vermelha e permanecer na Igreja. Se quiserem ser comunistas, que o sejam, mas renunciem à jurisdição da Igreja e não contaminem o rebanho. Uma coisa ou outra. Ou Cristo ou Belial (BP, maio de 1964, p.7, apud SOUZA, 2014).

A partir de determinada leitura da bíblia, advogava-se a necessidade do verdadeiro cristão colocar-se submisso às autoridades, pois estas são instituídas por Deus. Estar em rebelião com o poder político terreno era também estar em desacordo

com a vontade divina. Todo cristão deve ser submisso e interceder pelas autoridades. Ao se fazer referência aos cultos, assim escreve o jornal presbiteriano: “destaca-se, nas comemorações presbiterianas, a intercessão pelas autoridades e a afirmação de respeito à lei e à ordem” (BP, setembro de 1969, p.1, apud SOUZA, 2014), isso em nome da sã doutrina e da família.

Herdeiros da tradição calvinista, a soberania divina é pilar interpretativo da realidade: Deus, soberano, controla e determina todas as situações. Tal era a impregnação do calvinismo que a revista Newsweek de 1966 dizia haver uma “proliferação da legislação calvinista” no Brasil. Neste caso, era o próprio Deus quem regia os acontecimentos históricos da época em favor de seu povo. E a igreja, ao prestar apoio aos militares não só atinava para a voz divina como também garantia que as liberdades religiosas fossem mantidas.

O zelo pela família, pelo trabalho e a liberdade de crença formavam o centro discursivo dos evangélicos presbiterianos. Segundo Souza (2014), marco histórico fundamental no apoio dos presbiterianos ao regime militar foi a reunião do Supremo Concílio em 1966, na cidade de Fortaleza. Sendo a principal reunião eclesial desta denominação, nela houve a eleição de Boanerges Ribeiro como presidente do concílio maior, homem reconhecido no meio teológico por sua postura extremamente fundamentalista.

Souza (2014) ainda destaca a presença de inúmeros militares membros da IPB, sendo “dois Generais, um Capitão de Mar e Guerra, um Major, um Capitão-Capelão, um Tenente” (BP, outubro de 1969, p.5). A presença destes acabaria por reforçar ainda mais o apoio desta instituição ao regime militar. Neste sentido, Araújo (2010, p.64) sublinha que:

Três presbiterianos da ilustre família Gueiros vem tendo participação ativa no delineamento dos destinos do país desde a deposição do Presidente Goulart. Eraldo Gueiros Leite, no momento em que escrevemos, é Procurador da Justiça Militar, Evandro Gueiros é Procurador da Justiça Cível e Nehemias Gueiros entrou para a história como redator do Ato Institucional nº2. Vale mencionar o nome de Jeremias Fontes, outro filho do protestantismo (presbiteriano) designado por Castelo Branco e eleito em pleito indireto para governador do Estado do Rio. No governo Médici, o ministro Eraldo Gueiros ocupou o cargo de Governador de Pernambuco.

A adesão consolida-se com o investimento por parte na instituição em pastores que desejassem cursar a Escola Superior de Guerra. Contribuição dada a partir do alinhamento ideológico entre estas duas instituições, a IPB e os militares. Estratégia adotada como forma de fazer parte da *intelligentsia* nacional e determinar a o *ethos* cultural legítimo para a nação. Segue texto:

Doc. XXXV - Sugestão no sentido de aproveitamento por ministros presbiterianos do Curso Intensivo mantido pela Escola Superior de Guerra. Considerando a importância da orientação filosófico-doutrinária da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (sic) para os líderes brasileiros; Considerando a possibilidade de pleitear uma vaga junto à Escola Superior de Guerra para os pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil no curso de pós-graduação da referida Escola; Considerando a oportunidade da Igreja Presbiteriana do Brasil estar presente no ambiente do mais alto nível cultural

do País em assuntos econômico-político e psico-social; A Comissão Executiva do Supremo Concílio resolve: a) Entrar em contato com a Escola Superior de Guerra para estudar a possibilidade de conseguir uma vaga anualmente em nome da Igreja Presbiteriana do Brasil; b) Que os futuros pastores estagiários sejam indicados pela própria Comissão Executiva do Supremo Concílio; c) Que a IPB, através da Fundação Educacional, conceda bolsa de estudo ao estagiário visto ser o curso de dedicação exclusiva no período de um ano (DIGESTO PRESBITERIANO, CE-75-070, apud SOUZA, 2014).

O ar de superioridade teológica evocada pelos presbiterianos acabava por influenciar sua postura frente a outras questões. A cúpula da igreja se auto percebia como não povo e a eles superiores. Quase uma aristocracia, eram, pois, guias do povo, líderes de uma massa de pessoas que não sabiam votar. Sentimento que também perpassa ainda hoje o entendimento teológico dessa denominação. Casos de perseguições à seminaristas que se formaram em seminários não denominacionais são muitos. A exclusão do pensamento divergente é a forma que esta denominação encontra para manter-se “pura” das influências mundanas e das heresias.

A imagem puritana de auto perceberem-se como superiores aos demais já era conhecida à época da Revolução Inglesa, quando puritanos e presbiterianos eram hegemonia da Câmara dos Comuns e consideravam-se tutores do povo. O mesmo tipo de postura migra para Brasil legitimando a cosmovisão religiosa frente aos aspectos políticos.

Configurava-se um protestantismo proleto, missionário em suas bases. Todavia, um evangelismo não dado às questões materiais da vida, no sentido de engajamento na luta em prol do pobre – a Igreja cuida das questões espirituais e o importante é salvar a alma do pecador pois que “adianta o homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma”, já alertava a bíblia. A situação social das pessoas mudaria na medida em que se convertessem à verdadeira religião, no caso, ao presbiterianismo.

A tarefa da Igreja de Cristo é pregar o Evangelho para salvação dos pecadores. Os homens salvos, restaurados no corpo e na alma, sentir-se-ão capacitados para pelejar por um mundo melhor. Ponha-se o Evangelho nos corações, porque os homens remidos por Cristo irão dedicar-se também à solução dos problemas sociais. Assim a Igreja estará agindo socialmente, sem declarar-se socialista (BP, 1º. e 15 de setembro de 1966, p. 7, apud SOUZA, 2014).

No ínterim entre uma coisa e outra, caberia ao pequeno número de protestantes o papel de protagonistas do governo, “apoando e participando, tutelando um povo não convertido, não culto, incapaz de tomar as rédeas políticas por si” (SOUZA, 2014).

1.2.3 Batistas

Da mesma forma, a igreja Batista também deu apoio aos militares. Não obstante a teologia batista advogar uma radical separação entre Igreja e Estado sob o princípio “Daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, em 1963 lança o Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil¹, conclamando a igreja a exercer sua cidadania e

¹ Em: www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/Manifesto%20dos%20Ministros%20Batistas%201963.pdf,

adentrar na esfera política. Neste mesmo manifesto, afirmam a necessidade da retirada do ensino religioso das escolas públicas, bem como a necessidade de uma re-estruturação política e econômica no Brasil para uma efetiva realização da justiça social.

Com uma teologia que sustentava a necessidade de submissão às autoridades terrenas – “Toda autoridade vem de Deus e seus servos devem obedecê-las” diz a bíblia no livro de Romanos – a rebelião era legítima no caso de impedimento do exercício da liberdade religiosa ou em caso de eleições no dia domingo, considerado sagrado, o dia de descanso, pois, em última instância, “mais vale obedecer a Deus do que aos homens”.

Preocupados com a agitação no país e no mundo com grupos marxistas tendo a possibilidade de tomar o poder, o Jornal Batista, principal veículo de comunicação da época da instituição, iniciava suas críticas ao governo. Francisco de Assis C. Carvalho, em 12 de outubro, ano LXIII, número 43, assim intitula a reportagem: “Devemos temer o comunismo, mas devemos temer muito mais, uma democracia em podridão”. Assim, quando o golpe foi deflagrado em 64, os batistas entenderam-no como uma intervenção política em favor da democracia ameaçada e, “de imediato, os líderes batistas legitimavam o golpe e o regime militar” (SILVA, 2014, p.91). Eis o pronunciamento oficial dado no dia 12 de abril de 64 em “O Jornal Batista”, número 15 ano LXIV, numa matéria intitulada “Responsabilidade dos crentes nesta hora”

Os acontecimentos militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação (...) Este clima artificial, estranho à índole brasileira, estava sendo mantido por uma abusada minoria que, paulatinamente, ia exercendo influência nos mais diversos setores da vida nacional. Refiro-me à minoria comunista (...) o povo brasileiro não apóia um sistema materialista em sua filosofia e que tem por método a violência e a mentira (...) estamos certos que Deus atendeu as orações de seu povo pela pátria.

A democracia já não está mais ameaçada. A vontade do povo foi entendida e respeitada... o povo brasileiro por sua índole, pela sua formação, repele os regimes totalitários e muito particularmente o regime comunista.

Assim, num discurso que se colocava em favor da democracia e contrário ao totalitarismo, legitimava-se, conscientes ou não, justamente um regime autoritário que estava por se formar. Um regime instituído divinamente, uma vez que era resposta às orações da comunidade evangélica batista.

Evidencia-se o conservadorismo da denominação que segundo Silva (2014, p.92) é resultante da compreensão batista reduzida de democracia, vinculada quase que exclusivamente à liberdade religiosa – “se apenas o direito de culto fosse preservado estavam, democraticamente, contemplados”, juntamente com o temor do regime comunista, símbolo do ateísmo. Sobre forte influência americana, não era de se estranhar o apoio irrestrito dos batistas contra o comunismo.

Almeida (2011) afirma que a associação do comunismo ao mal, ao diabo, era a

acesso no dia 22 de fevereiro de 2016.

forma de obter maior projeção desse discurso entre os fiéis. Assim, ao transcender da esfera política para a religiosa, o discurso tende a ter significado mais profundo ao ouvinte batista evangélico.

O apoio foi progressivo. Paulatinamente os batistas queriam ir além meros apoiadores do golpe para colaboradores do regime militar. Queriam mais, queriam cargos políticos. É o que aponta Silva (2014, p.95), ao afirmar que os batistas “não só legitimavam a Ditadura civil militar, mas passaram a colaborar com as instâncias governamentais e a pleitear, num jogo de intensas barganhas, cargos e postos políticos em nível federal, estadual e municipal”. Era um momento propício para o crescimento de um ideal conservador e, por conseguinte de um eleitorado de mesmo alinhamento.

Como em outros casos, o alinhamento ao golpe não obteve a unanimidade irrestrita de todos. Mesmo que minoritário, houve um grupo que fazia críticas ao regime militar, sendo alguns presos. Eram estudantes que faziam parte de movimentos estudantis. Estes não raras vezes foram delatados pelos próprios membros da denominação (SILVA, 2014).

2 | PENTECOSTALISMO: CLÁSSICO, DEUTERO E NEOPENTECOSTALIMO

Adentra-se aqui num universo histórico complicado. Os dados que se geralmente são produzidos são fruto de demandas institucionais e aqueles que não estão à serviço da denominação encontram dificuldade em recompor historicamente informações sobre o pentecostalismo (MICELLI, 1988). Outra limitação é dada por Freston (1993, p.65): os pentecostais, ao remontarem suas origens ao mito fundador do pentecostes descrito no livro de Atos 2, os eventos posteriores “se reduzem virtualmente à expansão geográfica”. Portanto, “não há muita idéia de desenvolvimento, pois tudo já está contido no evento paradigmático original”, o que cria uma relação complicada entre o pentecostalismo e a história. A mesma fica reduzida em três momentos: “igreja primitiva, o momento da recuperação da visão (quando nosso grupo começou) e hoje”. Estão, portanto, sempre diante do mito fundador. É que aponta Rolim (1987, p.54):

O pentecostalismo voltava-se para o cristianismo primitivo buscando reproduzir o que este apresentara de extraordinário na manifestação do Espírito Santo, isto é, orar e falar em línguas desconhecidas, fazer curas pelo poder divino. Isso significava introduzir no presente um modelo do passado. Só que este modelo é religioso e se pretendia alcançá-lo através de práticas religiosas. Quanto a mudar a sociedade, era coisa que se deixava por conta da segunda vinda de Cristo.

No caso do envolvimento dos pentecostais com o golpe militar, há ainda muita pesquisa a ser realizada. Os trabalhos concentram-se mais na fundação das denominações e seu envolvimento político após o golpe.

Portanto, o presente tópico intenta delinear os motivos do aparente não envolvimento desses grupos com a ditadura e suas relações com o comunismo, ou melhor, com o anti-comunismo. Mariano e Pierucci (1992, p.93) afirmam que os pentecostais estiveram ausentes do movimento “diretas já”, “como ausentes estiveram

da longa luta das forças democráticas do povo brasileiro contra o regime autoritário”. Pressionados por parte dos evangélicos para entrada na arena política, afirmavam que a luta na igreja não é “contra a carne”, em referência ao texto bíblico de Efésios. Ao que se percebe, as omissões e ações positivas devem ser sempre justificadas e legitimadas a partir da bíblia.

Quanto à política temos o que dizer: alguns defendem a participação da Igreja nessa área baseados na história dos judeus e não na origem da Igreja Primitiva, porque não teriam elementos para defenderem esse ponto de vista, senão para condená-lo. E o padrão de vida política dos judeus não pode ser tomado como base para a Igreja, porque esta não tem de lutar contra carne e o sangue, como aqueles. E se os judeus tinham de lutar, porque precisavam assumir uma posição política, e o fizeram para preservar a nação judaica, de onde mais tarde viria o salvador do mundo. E a Igreja, atuando na política, preserva o que? O Reino de Deus? Quando um pregador do Evangelho ocupa uma cadeira no parlamento, deixa de ter o mesmo vigor de evangelista, ainda que continue pregando eloquentemente (MP, 1982, apud FONSECA, 2014, p.289).

Na mesma maneira pensa Rolim (1987) que afirma que os pentecostais neste período mantiveram seus discursos e suas práticas distantes do mundo da política. Com uma cosmovisão dualista – céu x terra, Deus x diabo, sagrado x profano - entendem que a política pertence ao plano profano, ao mundo terrestre que “jaz no maligno” e que o crente deveria voltar suas atenções para o mundo celestial, uma vez que aqui estamos apenas de passagem, não é o verdadeiro lugar do fiel. Fonseca (2014, p.281), assim expressa o sentimento do fiel pentecostal:

Canalizar energia em busca de soluções para o mundo que biblicamente estava condenado ao fim, não fazia sentido para o fiel assembleiano; ele deveria orar pelas autoridades do país e submeter-se às leis da nação, negando-se a participar de qualquer forma de ação contestatória ou revolucionária.

Certos que Cristo estava prestes a voltar e estabeleceria definitivamente o Reino de Deus, nenhuma ação humana seria capaz de transformar este mundo, tornando, desta forma, qualquer envolvimento com a política não apenas sem sentido, mas também um ato de falta de fé.

Fonseca (2014, p.283) percebe o início da mudança da postura pentecostal através de análise de um dos principais meios de comunicação da instituição, o Jornal Mensageiro da Paz. Segundo o historiador, a partir de 1980, com vistas ao evangelismo e divulgação dos valores da Assembléia de Deus, o jornal saiu do restrito circuito denominacional para o público que não pertencia à denominação. Com essa mudança, novos temas começam a ser tratados no periódico, tais como: “‘taxas de juros’, ‘inflação’, ‘crise econômica’, ‘contexto político’, ‘democracia’, ‘igreja e política’, ‘justiça social’, ‘liberdade religiosa no Brasil’, ‘movimentos sociais’ e ‘engajamento político’”. Outra mudança captada pelo autor é a generalização do termo crente. Se outrora o jornal era específico para o público da AD, agora o uso de termos mais genéricos, como evangélicos passa a ser usado. No MP, destacam ainda o bem prestado pelos militares ao país contento a tomada da nação pelos comunistas.

Estas transformações fizeram do jornal MP porta voz político da denominação.

Estavam preocupados na década de 80 com o tom revolucionário que rondava a nação e da adesão de parte dos “irmãos” a estes grupos.

A Palavra de Deus ensina dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Isso significa que o Estado existe dentro da vontade de Deus e ao Estado todos nós devemos obediência enquanto ele não se opuser à nossa fé. A Bíblia ensina que devemos estar sujeitos às autoridades superiores “porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas”, e a orarmos por ela (...) O Senador Jarbas Passarinho afirmou, com razão, que “se o sermão passa a ser uma pregação oposicionista ao governo, aquele que profere exerce uma atividade nitidamente política limitada ao sentido temporal (...) e por ocasião da greve dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, a atuação política de alguns clérigos chegou mesmo a pregar às massas a mudança do regime vigente em nosso país. Saliente-se que esse tipo insidioso de pregação vem ocupando também alguns púlpitos protestantes em detrimento da sã doutrina da palavra de Deus. A história, todavia, tem muitas e sábias lições a dar aos teólogos contemporâneos, engajados em movimentos revolucionários. É impossível furtar-se às funestas consequências de uma transformação social que não seja a operada pelo genuíno Evangelho de Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus. Fora desta só - lida e infalível base, as revoluções fracassam, porque os homens que as fazem não são regenerados, não são novas criaturas(...) É fácil consertar o mundo quando primeiramente endireitamos o homem. A missão da Igreja é pregar a Cristo a toda criatura, a tempo e fora de tempo; é colocar as mãos no arado e não olhar para trás (...) em uma palavra, transformar púlpitos em palanques políticos, ou substituir as Boas Novas de salvação por “slogans” revolucionários, é o mesmo que transformar bombeiros em incendiários. (MP, 1980, apud FONSECA, 2014, p.284).

O receio de que grupos comunistas tomem o poder é nítido. Em 1981 a AD conclama a todos os membros a participarem de um jejum em defesa da democracia e contra grupos terroristas: “terrorismo: no Brasil e no mundo, chamamos também de guerrilheiros, fazem misérias e dizem grande número de vidas. Assassinos frios e cruéis (...) seqüestros, tanto de aviões, como de embaixadores, com o propósito de obrigar governos a pôr em liberdade assassinos violentos e perigosos” (MP, 1981, apud FONSECA, 285).

Mas o inimigo da AD também haviam se infiltrado na teologia. “Lobos em peles de cordeiro”, para o crente da AD a Teologia da Libertação era um mal a ser combatido, era a ideologia do próprio anticristo. Uma teologia cuja base hermenêutica dialoga diretamente com o materialismo histórico. O jornal MP era a maneira de combatê-los:

A Teologia da Libertação. Trata-se de uma teologia cristã só no nome, sem base bíblica, uma tentativa de associar ao cristianismo o pensamento marxista e dar ao cristão uma preocupação sociopolítica e ideológica com as coisas de Deus. Não temos dúvidas de que a Teologia da Libertação é uma ponta de lança do Anticristo (...) há atualmente um movimento mundial em prol da ideologia marxista ou socialista, o qual está entrando na igreja com o nome de Teologia da Libertação. Uma observação, mesmo que superficial da Bíblia e dos Evangelhos, mostra que Deus, na sua revelação aos homens, sempre os advertiu a não amarem o mundo nem o que no mundo há (MP, 1980, apud FONSECA, 2014, p.285).

Para o fiel pentecostal, a mudança social e política ocorreriam naturalmente na medida em que as pessoas se convertessem ao verdadeiro evangelho. Logo, a principal preocupação da igreja deveria ser o evangelismo. Cabe à igreja salvar as almas, pois, “o que vale ao homem ganhar o mundo todo e perder a sua alma?”. A

verdadeira luta do crente não esta no plano terreno, naquilo que os olhos podem ver, mas sim na esfera do mundo espiritual.

Em referência aos pobres e injustiçados socialmente, nós lhes pregamos a salvação, e os ensinamos a terem confiança em Deus. Depois da pessoa ser salva a própria situação financeira melhora, porque Deus cuida dos seus. Mas lembramo-nos que o próprio Jesus foi pobre e injustiçado e no entanto perdoou aos seus algozes e afirmou, na hora da pronúncia de sua sentença, que seu reino não era deste mundo (...) nossa luta não é contra a carne, nem contra as injustiças sociais, mas contra as potestades, contra o príncipe das trevas e contra as hostes espirituais (...) o cristão que tem sabedoria não se deixa enredar nas teias romanas nem toma partido por ninguém a não ser por Jesus Cristo (MP, 1980, apud, FONSECA, 2014, p.286).

Uma vez que a abertura política retirava da clandestinidade grupos que até então eram duramente reprimidos pelo governo militar. Diante da iminente legalidade desses grupos, não havia alternativa se não tomar partido político e envolver-se de forma direta nestas questões. O jornal MP de novembro de 1985 com o título “Democracia e Comunismo” reflete essas preocupações: “A abertura trouxe os partidos comunistas de volta à legalidade. Doravante, estarão participando abertamente da vida política do país, em busca do voto de milhões de brasileiros” (MP, 1985, apud FONSECA, 2014). O grande vilão por detrás era o ateísmo, o medo da perseguição religiosa que estavam atrelados ao comunismo.

Quanto aos neopentecostais, como a IURD, estavam neste período preocupados em institucionalizar-se, criar corpo do que envolver-se em questões políticas. Fundada em 1977, durante o período ditatorial sua preocupação maior era lidar com os cismas e, ao mesmo tempo, criar estratégias de expansão. “Entre uma cisão e outra, Macedo pregou de casa em casa, nas ruas, em praça pública e cinemas alugados” (MARIANO, 1999, p.55). Somente em 1980 migram do Rio de Janeiro para São Paulo sob o comando de Roberto Lopes, um dos fundadores da IURD. Lá permaneceu até 1984 e implantou a primeira sede da denominação. Seis anos depois, já durante o período de democratização, Roberto Lopes, sob a direção de Macedo, ingressou para a política partidária, sendo eleito deputado federal com a maior votação do PTB/RJ, com 54.332 votos (MARIANO, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto e por fim, pode-se afirmar que o ideal político do “protestantismo de missão” é voltado ao conservadorismo. Como se percebe, as principais denominações deram apoio ao regime militar, com poucas exceções no interior das denominações, como dá exemplo Burity em sua dissertação de mestrado (1990) de missionários que resistiram ao regime ditatorial.

Se hoje não há por parte dessas igrejas apoio ao retorno do militarismo no Brasil, nem tão pouco há indícios de um pensamento mais progressista em meio à política nacional. Pode-se resumir o envolvimento desses com a ditadura militar com a citação de Cavalcanti (1985, p.215):

Se o [regime militar] pudesse ser comparado a uma composição ferroviária que é forçada a seguir por um desvio (em 1968), poderíamos dizer que a Igreja Romana, na maioria de sua liderança, resolve descer na primeira estação após a entrada no desvio. Eles vinham ocupando os vagões da primeira classe (...) Quando eles descem, o chefe do trem convida os evangélicos a se mudarem para os vagões da primeira classe... Estes o fazem (...) agradecidos pela deferência (...) Os evangélicos vão se tornando, a partir da década de 70 (juntamente com os maçons e os kardecistas) em sustentáculos civis do regime.

Já os pentecostais estavam preocupados em salvar almas. O ser humano, ao aceitar Cristo como seu salvador, automaticamente mudaria sua vida social e econômica, o que refletiria também na vida política do país. Como afirma a palavra, “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”. Somado a esta mentalidade, a crença na volta iminente de Cristo tornava o envolvimento com questões terrenas não apenas descabidas de sentido, mas falta de fé, e, “sem fé, é impossível agradar a Deus”

.REFERÊNCIAS

“O Jornal Batista”, número 15, ano LXIV, disponível em: <http://acervo.batistas.com/visualizar.html>, acesso dia 22 de fevereiro de 2016.

“O Jornal Batista”, número 43, ano LXIII, disponível em: <http://acervo.batistas.com/visualizar.html>, acesso dia 22 de fevereiro de 2016.

ALMEIDA, Luciane Silva de Almeida “O comunismo é o ópio do povo”: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963 – 1975). Dissertação de Mestrado em História. Feira de Santana UEFS, 2011.

ALMEIDA, Vasni de. Metodistas e Ditadura Militar No Brasil: Silêncios, Contestação, Ensino. In.: MNEMOSINE – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. O Protestantismo e o Regime Militar no Brasil: perspectiva. Vol. 5, 2014.

ALVES, Rubem. Dogmatismo e tolerância. São Paulo: Paulinas, 1982.

_____. Protestantismo e Repressão. São Paulo, Ática, 1979.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Renavan; Brasília: Unb, 2001.

BURITY, Joanildo. Os protestantes e a revolução brasileira 1961-1964: a Conferência Nordeste. Dissertação de mestrado: UFPE, 1990.

CAMPOS, L. S.; SILVA, Eliane Moura da; BELLOTI, Karina (Orgs.). Religião e Sociedade na América Latina. São Bernado do Campo: UMESP, 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, Templo e Mercado: Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAVALCANTI, Robson. Religião e política: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 1985.
DREHER, Martin. Reflexões em torno de Lutero II. Sinodal, 1984.

FERNANDES, Rubem César et al. Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na

Política. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

FONSECA, Alexandre Brasil. A Maior bancada evangélica. Tempo e Presença, n.302, nov.-dez. 1998.

FONSECA, André Dionei. Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 34, n. 68, p. 279-302, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882014000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882014000200014>.

FONSECA, André Dionei. Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 34, n. 68, p. 279-302, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882014000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882014000200014>.

FRESTON, Paul. Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Enconção, 1994.

_____. Protestantes e Políticos no Brasil. Da constituinte ao impeachment. Tese de doutorado, 1993.

_____. Protestantismo e Democracia no Brasil. Lusotopie, 1999.

GUTIERREZ, Carlos. Igreja Universal e política: controvérsias em torno do secularismo. In: MONTERO, Paula. Religiões e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141404>.

<http://www.ibge.gov.br/home/> - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 1 de junho de 2015.

LUNA, Naara. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 14, Aug. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000200083&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Jan. 2015.

MACHADO, Adriano Henriques; CRUZ, Heloisa de Faria. O debate em torno do Movimento pela Anistia nas Igrejas Evangélicas: posicionamentos e tensões no caso das Igrejas Luterana e Metodista. Religare, v.11, n.2, setembro de 2014.

MACHADO, Maria das Dores. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARANHÃO, Eduardo. O discurso religioso na modernidade líquida. Polissemia e autoritarismo no neopentecostalismo brasileiro contemporâneo. Protestantismo em Revista, n 19, São Leopoldo, 2009.

MARIANO, Ricardo. A reação dos evangélicos ao novo código civil. Revista Civitas, V. 6, n 2, 2006.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais nas eleições de Collor. Novos Estudos CEBRAP, n 34, 1992.

_____. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na câmara dos deputados. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-5258200000200001>.

MOUFFE, Chantal. Religião, democracia e cidadania. In.: BURITY, Joanildo;

ORLANDI, Eni. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1997.
_____. As formas do silêncio. Campinas: Unicamp, 2002.

Oro Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007.

ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e políticos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.53, out. 2003.

PASQUINO, Gianfranco. “Grupos de Pressão”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998.

PEAGLE, E.G. de Moura. A posição política da IPB nos Anos de Chumbo (1965-1985). Dissertação de Mestrado. Univ. Federal de S. Catarina, 2006.

Revista Mensageiro da Paz, 9/1986.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

SIEPIERSKI, Paulo. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. *Estudos Teológicos*, V.37, nº 1, 1997.

SILVA, Elizete da Silva. Os batistas e o governo militar: Deus salve a pátria. In.: MNEMOSINE – *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. O Protestantismo e o Regime Militar no Brasil: perspectiva*. Vol. 5, 2014.

SOUZA, Silas Luiz de. IPB apóia a gloriosa revolução. In.: MNEMOSINE – *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. O Protestantismo e o Regime Militar no Brasil*

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-023-0

